

AUTISMO E ESCOLA: OS DESAFIOS E A NECESSIDADE DA INCLUSÃO

Clair de Fátima Embarach¹

Resumo

O presente estudo teve seu tema escolhido com a intenção de aprofundar os conhecimentos que foram adquiridos durante o curso de Pós-Graduação em Educação Infantil e Anos Iniciais, e por se tratar de um assunto que é de extrema importância na prática educacional e no desenvolvimento integral do educando. A pesquisa tem como objetivo compreender o papel do educador na inclusão escolar da criança Autista na Educação Infantil, assim como identificar o papel do educador nesta inclusão e compreender como ela ocorre no processo ensino-aprendizagem. A presente pesquisa consiste em um estudo qualitativo e bibliográfico, onde será realizado um estudo de bibliografias de alguns autores que abordam o tema mencionado acima, sites, leis e artigos científicos on-line, para melhor fundamentar o trabalho.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão Escolar. Professor. Educação Infantil. Criança.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e tem uma importância fundamental para a socialização da criança e o desenvolvimento da aprendizagem ao longo da vida. Por este motivo, se faz necessário que a escola e os educadores que irão receber as crianças com a síndrome do Espectro Autista, estejam preparados, capacitados e em permanente atualização para acolher as mesmas, contribuindo no desenvolvimento integral dos educandos, proporcionando a eles uma aprendizagem significativa, atrativa e prazerosa.

Esse acolhimento exige uma formação que contemple a observação, a reflexão e a compreensão das necessidades afetivas e dos comportamentos emocionais dos educandos, pois se não houver um compromisso de toda a comunidade escolar, os programas pedagógicos ficam separados dos valores e ideologias que subjazem na cultura da instituição levando muitas vezes a exclusão, ao invés de incluí-los.

No entanto, sabe-se que nem sempre ocorre dessa forma na prática, pois muitos educadores não estão qualificados e muito menos preparados para desenvolver um trabalho significativo e que esteja ao mesmo tempo de acordo com as necessidades específicas de cada

¹ Acadêmica do curso de Pós Graduação em Psicopedagogia da Educação Infantil da Faculdade Dom Alberto.
E-mail: clair.embach@yahoo.com

um, visto que, para muitos a mesma está ligada apenas ao brincar, sem haver uma observação, intervenção e avaliação sobre o nível de desenvolvimento do aluno. Sendo assim, qual é o papel do educador na inclusão escolar da criança Autista na Educação Infantil?

Foi através disso que ocorreu o interesse em realizar a presente pesquisa, a qual foi desenvolvida através de um estudo bibliográfico e qualitativo, onde foram utilizadas diversas referências, sites e artigos científicos on-line de autores que discutem o assunto abordado, entre os autores estudados estão os teóricos: Gómez; Teran (2014), entre outros. Também foram utilizadas algumas Leis que abordam o tema da pesquisa, como por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Referencial Curricular na Educação Infantil, as quais deram um suporte para melhor compreender e fundamentar a pesquisa.

O trabalho tem como objetivo compreender o papel do educador na inclusão escolar da criança autista na Educação Infantil. O texto se desdobra em dois tópicos. Inicialmente buscou-se conceituar e compreender um pouco sobre a Síndrome do Espectro Autista. E, em seguida buscou-se discutir sobre a Educação Infantil e o papel que deve ser desempenhado pelo educador no processo ensino-aprendizagem, relacionando a inclusão escolar da criança autista.

1 A SÍNDROME DO ESPECTRO AUTISTA

O autismo é considerado uma síndrome, a qual se faz presente desde o nascimento da criança, apresentando as primeiras manifestações variáveis que se transformam em sintomas evidentes desde os três primeiros anos de vida da criança, e continuam ao longo de toda vida. A síndrome também é conhecida como Transtorno do Espectro do Autismo ou TEA, “o termo “Autismo” vem da palavra grega “autos”, que significa “próprio”. Autismo significa literalmente, viver em função de si mesmo.” (GÓMEZ, TERÁN, 2014, p. 447).

A causa exata do autismo ainda está sendo investigada, mas há pesquisas que apontam para fatores genéticos e ambientais, que podem ter desenvolvido alteração no cérebro. Segundo Gómez e Terán,

Este se trata de uma maneira singular do desenvolvimento humano, na qual a comunicação e a sociabilidade têm características de um desenvolvimento evolucionário “normal” e afeta, aproximadamente, 0,5% da população infantil (2014, p. 445).

Pode-se dizer que cada criança apresenta um grau de intensidade, podendo variar de uma criança para outra, uma vez que, existem diferentes graus de autismo, podendo ser leve, moderado ou severo.

O que separa uma condição da outra é a intensidade dos sintomas, que podem variar muito de uma criança para outra. Isso vai depender do grau de auxílio, ajuda e de dependência que cada criança autista irá necessitar no decorrer do seu desenvolvimento. É através disso que será possível incluí-la nesses níveis leves, moderado ou severo.

Sabe-se que toda criança autista apresenta algumas dificuldades durante o seu desenvolvimento e na aprendizagem, que podem variar de uma criança para outra, mas podemos citar como exemplo, aquelas que estão mais presentes na vida do autista, que é a dificuldade na comunicação social e os comportamentos repetitivos, além dessas a criança autista não consegue fazer atividades que fujam da rotina dela. Segundo Teran:

Essas características diferenciadas são frequentemente detectadas nos primeiros anos de vida; são comportamentos que chamam a atenção dos adultos. Tais comportamentos podem ocorrer em diferentes níveis, que vão desde uma completa ausência de discurso perante a vida, um comportamento repetitivo, autoprejudicial e agressivo até formas mais suaves, que podem ser quase imperceptíveis e confundem-se com timidez, falta de atenção, déficits auditivos ou excentricidade (GÓMEZ, TERÁN, 2014, p. 445).

Diante disso, fica é importante observar o desenvolvimento da criança, desde os primeiros anos de vida, pois se os pais, com os quais a criança terá o primeiro contato afetivo conseguirem observar e notar essas características a tempo, será possível fazer o diagnóstico e encaminhá-la para um acompanhamento direto com profissionais especializados, que poderão ajudá-los com instruções de como lidar com a criança autista, de forma que os mesmos consigam atender as necessidades da criança.

As crianças autistas também apresentam problemas no relacionamento social com outras pessoas, esses problemas começam antes mesmo dos cinco anos de idade. As mesmas não conseguem manter o contato olho no olho, devido ao fato delas não conseguirem ler a linguagem dos olhos. Além dessas dificuldades, as crianças autistas apresentam as seguintes condutas:

Tem dificuldade para descrever experiências. Para essas crianças é difícil dizer as diferenças e semelhanças entre os objetos. Responder às perguntas de uma folha difusa. Parece tímida e pouco expressiva. Apresenta destreza em outras áreas superiores a seu desempenho em linguagem. Evita atividades verbais: não participa de discussões, não pergunta, não participa em discussões grupais, não consegue defender-se bem numa discussão. Tem um vocabulário limitado (GÓMEZ, TERÁN, 2014. P. 149).

Além das condutas citadas acima pelas autoras, há outras características marcantes no autismo, como o seu funcionamento intelectual, o qual é bastante único, o seu comportamento repetitivo, também apresentam dificuldades de responder quando são chamadas pelo seu nome.

No entanto, sabe-se que apesar de apresentarem muitas dificuldades devido à síndrome, há algo que os autistas fazem muito bem feito, que são as atividades artísticas, onde expressam tudo o que vem a sua mente e o que sentem em relação às pessoas. Algumas das crianças autistas apresentam interesses específicos, por exemplo, desenhar dinossauro e animais peçonhentos.

No comportamento sensorial o autista escuta os sons melhor do que qualquer outra pessoa, ou seja, para ele o som de um ruído que para outras pessoas podem ser normal, para ele é muito alto e perturbador, podendo causar ansiedade e dor física. Geralmente as crianças autistas não gostam de ouvir barulho, sons altos, gritos e etc. Por esses motivos acabam se irritando, deixando-os nervosos.

Também podem desenvolver a sensibilidade sensorial em qualquer um dos cinco sentidos, tais como: visão, audição, olfato, tato e paladar. E, na parte motora gostam de brincar com brinquedos e objetos, tendo interesse intenso e pouco usual por alguns objetos, podendo passar horas e dias com o mesmo brinquedo ou objeto realizando muitas vezes movimentos repetitivos com os mesmos.

As crianças com autismo também podem apresentar grande dificuldade de aprendizagem, o que dificultará o modo de agir na vida, desde estudar na escola até tomar banho sozinhas ou fazer uma refeição. Essas também podem apresentar diferentes graus de dificuldades na aprendizagem, podendo ser mais independente com ajuda de familiares, enquanto outras necessitam de apoio durante toda vida.

Então, pode-se dizer que toda criança que tiver acompanhamento adequado pode desenvolver-se efetivamente. Mas, para isso os pais precisam estar bem informados sobre os primeiros sinais do autismo, para que as crianças possam ser tratadas desde os primeiros anos de vida, podendo ter uma evolução significativa.

Pode-se dizer que não há cura para a Síndrome do Espectro Autista, mas sabe-se que tem hoje em dia muitos profissionais capacitados para acompanhá-las. Todos têm o dever de

ajudá-las, sejam profissionais especializados, escola, família ou sociedade, precisam juntos realizar um trabalho que promova o desenvolvimento integral dessas crianças, nesse processo que é de extrema importância para o progresso da criança autista desde a infância até a vida adulta.

2. A EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil ganha, cada vez mais, destaque como uma etapa necessária e obrigatória para o desenvolvimento social e humano. A Constituição Federal de 1988, Lei 9394/96, que estabelece novas diretrizes e bases para a educação nacional e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1996, inauguraram uma nova compreensão sobre a Educação Infantil, estabelecendo-a como um direito humano da criança e como etapa da Educação Básica. Segundo Kramer:

A população brasileira, a partir da progressiva consciência de seus direitos e da participação em movimentos sociais, teve papel central numa das maiores conquistas da educação infantil no Brasil: o reconhecimento, na Constituição de 1988, do direito à educação de todas as crianças de 0 a 6 anos e do dever do Estado de oferecer creches e pré-escolas para tornar fato este direito (KRAMER 1999, pág. 3).

Cabe salientar que a Educação Infantil passou por consideráveis mudanças, rompendo com a prática assistencialista presente na área. Essa mudança vem esboçada nos documentos referenciais da Educação Infantil, como o Referencial Curricular para Educação Infantil, elaborado em 1998, dois anos após a aprovação da LDB. Este documento afirmava:

O atendimento institucional à criança pequena, no Brasil e no mundo, apresenta ao longo de sua história concepções bastante divergentes sobre sua finalidade social. Grande parte dessas instituições nasceram com o objetivo de atender exclusivamente às crianças de baixa renda. O uso de creches e de programas pré-escolares como estratégia para combater a pobreza e resolver problemas ligados à sobrevivência das crianças foi, durante muitos anos, justificativa para a existência de atendimentos de baixo custo, com aplicações orçamentárias insuficientes, escassez de recursos materiais; precariedade de instalações; formação insuficiente de seus profissionais e alta proporção de crianças por adulto (BRASIL, 1998, vol. 1, p. 17).

Dessa forma, a Educação Infantil desempenha um papel primordial na sociedade, contribuindo de forma significativa no desenvolvimento integral do ser humano. Porém, há

quem ainda pense que esta não é tão relevante quanto o Ensino Fundamental, visto que, apesar de todas as mudanças que ocorreram em relação às instituições de atendimento à criança, ainda hoje se encontram pessoas que consideram apenas o ensino fundamental como etapa primordial para o desenvolvimento educativo da criança.

Se todas as crianças têm direitos iguais, o atendimento e a educação oferecida devem ser iguais para todas, sejam alunos especiais ou não. Além disso, ela é um sujeito integral, desde seu nascimento e ao longo do seu desenvolvimento, assim também deve ser o atendimento nas Instituições de Educação Infantil.

É na Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, que se inicia o desenvolvimento da escolaridade e a socialização da criança. Tem como finalidade, segundo a LDB, (Capítulo II, Seção II, Art. 2) o desenvolvimento integral da criança de 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, art. 2).

Sendo assim, essa etapa tem como papel fundamental contribuir no processo de ensino-aprendizagem da criança, uma vez que o seu desenvolvimento implica uma série de aprendizagens, as quais serão essenciais para a sua formação, mais tarde, na vida adulta.

É nos primeiros anos de vida que ocorre a construção das relações com o mundo e com as pessoas que a cercam e, a partir dessa relação com o meio onde vive, passa a construir o seu próprio comportamento emocional e a consciência de si mesma.

Nas Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, estabelecidas pela Resolução nº 05, de 17 de dezembro de 2009, do Conselho Nacional da Educação, a Educação Infantil se configura na:

Primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que **educam e cuidam** de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (BRASIL, 2009, grifo nosso).

Dessa forma, a Educação Infantil tem um papel importante no desenvolvimento social e humano. As ações desenvolvidas têm caráter educativo e visam garantir assistência, alimentação, saúde e segurança com condições materiais e humanas que tragam benefícios sociais e culturais. As instituições escolares (creches e pré-escolas) que realizam o atendimento ao público infantil nesta modalidade educativa possuem como eixo articulador de suas ações o

“Educar” e o “Cuidar”. Essa indissociabilidade entre educar e cuidar deve repercutir nas propostas pedagógicas das Instituições que precisam assumir plenamente sua função sociopolítica e educativa:

I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais; II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias; III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas; IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância; V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa (BRASIL, 2009).

Assim sendo, fica evidente que essas Instituições não têm apenas a responsabilidade de “cuidar” das crianças, durante o período em que permanecem na instituição, pois o cuidar também é educar.

A responsabilidade que a Educação Infantil tem em relação ao seu público é de suma importância, pois se sabe que cada criança nasce em uma sociedade e, cada uma está inserida em um determinado contexto social, vindo de famílias, culturas e classes sociais diferentes. Tal fato faz com que a Educação Infantil seja um espaço que promova momentos em que as crianças irão se relacionar com as demais, havendo uma troca de conhecimento, contribuindo para que as relações sociais sejam ampliadas, bem como para a formação de um sujeito ético e participante ativo da sociedade.

Nesse sentido, vale ressaltar que toda criança, desde seu nascimento até os cinco anos de idade, passa por um processo um tanto quanto complexo. A partir do seu nascimento, ela necessita de cuidados básicos e de muita atenção, cuidados esses como alimentar-se e dormir nas horas certas, ou seja, precisa ter uma rotina bem planejada. Conforme crescem, as necessidades vão aumentando e a atenção precisa ser redobrada, sendo assim ela dependerá do adulto para suprir algumas necessidades.

Diante disso, à medida que a criança vai se desenvolvendo durante as primeiras etapas da sua infância, surgem alguns interesses pessoais, como por exemplo, a curiosidade pelo novo e a descoberta do mundo. Por esse motivo, é fundamental que a Educação Infantil e os profissionais da educação possam acompanhar essas mudanças diariamente, oferecendo-lhes estímulos para que aprendam de forma prazerosa, sem se dar por conta.

Nesse sentido, cabe ao educador, enquanto responsável pelo processo ensino-aprendizagem, criar possibilidades para que o educando consiga se desenvolver por inteiro, obtendo bons resultados na sua aprendizagem e ao mesmo tempo superando as dificuldades que irão surgir no decorrer da escolaridade. Também se faz necessário que o educador esteja em constante aperfeiçoamento e capacitação, para assim conseguir desenvolver um bom trabalho, que seja significativo para as crianças especiais que serão incluídas na turma. Esse assunto será abordado no próximo tópico.

3 A INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA AUTISTA

A inclusão é um processo que vem desafiando as escolas cada vez mais. A mesma refere-se à educação de crianças com necessidades especiais, juntamente com outras crianças em classes “normais”. Por isso, a separação de crianças com autismo de um ambiente normal só faz com que aumente os seus sintomas. As crianças com autismo devem ser educadas com as mínimas restrições, mesmo tendo necessidades especiais. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais do MEC, os movimentos em prol da escola inclusiva salientam,

[...] grande impulso desde a década de 90 no que se refere à colocação de alunos com deficiência na rede regular de ensino e têm avançados aceleradamente em alguns países desenvolvidos, constatando-se que a inclusão bem-sucedida desses educandos requer um sistema educacional diferente do que atualmente disponível. Implicam a inserção de todos, sem distinção de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas, socioeconômicas ou outras e requer sistemas educacionais planejados e organizados que deem conta da diversidade dos alunos e ofereçam respostas adequadas às suas características e necessidades. (BRASIL, 2002, p. 17).

Com a Inclusão, os modelos de comportamento que as crianças têm em seu ambiente incrementam as oportunidades para interagirem socialmente e favorecerem o desenvolvimento de suas capacidades potenciais. Visto que na sociedade em que vive uma criança autista é a mesma sociedade em que as demais pessoas ditas “normais” e da qual a escola faz parte formando um conjunto.

Tendo como um reforço à inclusão em relação ao aluno autista, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro Autista é criada pela Lei nº 12.764/2012. Percebe-se que além de trazer um conjunto de direitos, no artigo 7º da lei há a vedação da recusa de matrícula, havendo punição para aquele que cometer o ato discriminatório. (BRASIL, 2012).

Entretanto, antes de saber propor à inclusão na prática, se faz necessário refletir sobre as necessidades de cada criança, com o objetivo de elaborar uma proposta pedagógica que atenda as mesmas, lembrando que esta proposta deve respeitar as diferenças de cada aluno. Porque é a consciência do fazer que induz o sucesso ou o fracasso da prática docente. Mais importante do que o conhecimento e o atendimento as pessoas com deficiência, é a formação do professor que deve apresentar a formação de especialista ou de conhecedor da educação especial. E um professor mesmo não familiarizado com as propostas inclusivas, poderá promover a inclusão de seu aluno com deficiência, isso claro, desde que exista de forma bem clara em sua formação e ação, a consciência de que aprender é um direito de todos os alunos.

Os alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais, os que se encontram com atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (BRASIL, 1971, art.9).

É importante entender que a inclusão do aluno com necessidades especiais traz muitos benefícios para a trajetória que ele irá desenvolver no futuro.

Um professor preocupado com a aprendizagem de seus alunos sabe que cada um tem seu próprio ritmo e tempo de aprendizagem. É importante pensar que o simples fato da criança autista estar de corpo presente no ensino comum não significa necessariamente que ela está devidamente incluída.

Estar incluído vai muito além de estar simplesmente inserido com os demais alunos ditos “normais” e de estar socializado entre os mesmos.

Ainda é comum ouvir a afirmação de que o principal objetivo da inclusão é a socialização do aluno com autismo e que precisa ensinar os demais alunos a ser tolerante.

Primeiramente, os professores tendem a transformar o conhecimento científico em conhecimento pedagógico, prático, útil e acessível. Sabe-se que os estudos acadêmicos, adquiridos durante os anos de formação profissional, não dá conta de abarcar toda a complexidade da prática docente.

Deste modo, os saberes dos professores não provem de uma fonte única, mas têm diferentes origens que incluem sua história pessoal e social, sua subjetividade, suas crenças, forjadas no âmbito da família, nos seus grupos de pertença e na cultura.

No campo da inclusão, este fato deve-se em boa parte, a representações que se formaram ao longo do tempo na educação de crianças com necessidades especiais, que permeiam as expectativas dos professores acerca da inclusão escolar.

Desta maneira, os temas relacionados à educação, em sentido amplo da vida cotidiana onde e amplamente mobilizado o conhecimento das representações sociais. No campo da docência, as representações transformam em conhecimento prático o conhecimento científico, produzido pelas teorias científicas e pela legislação educacional, que comportam elementos de distintos campos do saber humano, como a sociologia, a filosofia e a psicologia.

Historicamente, quando o comportamento do aluno não atinge os padrões esperados, o professor encontra grande dificuldade para ensiná-lo, independente da deficiência ou do transtorno.

Entende-se que, as dificuldades de ensino não se resultam apenas do desconhecimento dos professores acerca da natureza dos distúrbios, mas, também do pouco conhecimento acerca dos processos de aprendizagem, diante de diferentes contextos escolares e dos desafios comportamentais, muitos dos quais são comuns aos estudantes regulares.

Pois, muitas vezes os profissionais da educação não se sentem preparados para receber esses alunos. Também, encontram muitas dificuldades na elaboração de conteúdo específicos em sala de aula regular, diante disto, não conseguem atender alunos com deficiência e sem deficiência ao mesmo tempo.

Toda criança, seja especial ou não, tem o direito a um mediador, que é o professor que auxilia o aluno incluído e deveria ser uma ajuda para o professor, ao dividir com ele algumas tarefas. Mas, muitas vezes os professores tendem a se eximir da responsabilidade de ensinar, deixando esta tarefa por conta do monitor.

Devido às dificuldades das escolas elaborarem atividades, principalmente para os alunos com deficiência intelectual, os conteúdos, quando elaborados são direcionados a sala de recursos que frequentada no turno normal do aluno e não no contra turno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste trabalho, percebeu-se a fundamental importância do papel do professor no que diz respeito à inclusão da criança autista no processo ensino-aprendizagem na Educação Infantil.

Perceveu-se que a grande maioria dos profissionais que trabalham diretamente nas escolas com as crianças autistas, em especial, os professores e monitores não possuem

capacitação adequada e nem conhecimento o suficiente para trabalhar com essas crianças, de forma que possam incluí-las no processo ensino-aprendizagem, ao invés de excluí-las.

Percebeu-se através do presente trabalho que a criança que possui a Síndrome do Espectro Autista necessita de uma atenção redobrada e possui algumas dificuldades na aprendizagem. Devido a esse motivo, é de extrema importância que o professor e monitor que forem receber essa criança, estejam capacitados e tenham no mínimo o conhecimento básico sobre a síndrome, para assim conseguirem ajudá-la, de forma significativa, colaborando para o seu desenvolvimento integral.

Pode-se concluir ainda que é necessário que o professor desenvolva para esse aluno as mesmas atividades que for aplicar nos demais alunos ditos “normais”, e se for preciso, essa atividade deverá ser adaptada de acordo com as necessidades do aluno autista.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei [12.764](#) de 27 de dezembro de 2012, Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Referencial Curricular para a Educação Infantil**. Vol. 1. Brasília: MEC, 1998.

Presidência da República. **Lei n. 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1 e 2 graus, e da outras providencias. Brasília, 1971.

GÓMEZ Ana Maria Salgado, TERÁN, Nora Espinosa, 2014, p. 445-447.

KRAMER, Sônia. **O papel social da educação infantil**. Texto enviado a convite da Revista Textos do Brasil, Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1999. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mre000082.pdf>. Acessado em: 27 Abril. 2021.